

ELEIÇÕES 2024 - DIÁLOGO E INCLUSÃO NO ÂMBITO DO DIREITO ELEITORAL.

Autor(res)

Cintia Batista Pereira Luana De Melo Silva Stace Liz Carneiro Kannandha Nunes Costa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O Direito Eleitoral é imperioso para a consolidação da democracia, envolvendo a regulamentação das eleições, os direitos dos cidadãos e a função do Estado.

Neste passo, o diálogo entre a sociedade, o Estado e a Constituição se mostra de suma importância para garantir eleições livres e justas.

Para conseguir consolidar a democracia, o Direito Eleitoral regulamenta as eleições, assegurando a igualdade entre os candidatos e a liberdade de escolha dos eleitores.

Esse diálogo promove a transparência e a legitimidade do processo eleitoral, visto que não há democracia e Estado de Direito sem eleições livres, periódicas e igualitárias.

Objetivo

O presente resumo objetiva abordar a importância do referido diálogo nas eleições de 2024, destacando os desafios e avanços esperados, bem como visa analisar como esse diálogo influencia a legitimidade e a integridade do processo eleitoral.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica de doutrinas sobre Direito Eleitoral e análise de documentos constitucionais.

Ainda, fundamentou-se em uma revisão sistemática de doutrinas jurídicas especializadas em Direito Eleitoral, com foco em obras de referência e artigos científicos.

Por fim, foram analisados documentos constitucionais, tanto em nível federal quanto estadual, para uma compreensão aprofundada do arcabouço legal que rege as eleições no Brasil.

ANAIS do IV Encontro de Pesquisa Jurídica: O Diálogo entre a Sociedade, o Estado e a Constituição - Série Especial: Direito Eleitoral/Eleições 2024 - Dias 21 e 22 de outubro de 2024 - Curso de Direito Faculdade Anhanguera Ribeirão das Neves/MG

ANAIS do IV Encontro de Pesquisa Jurídica: O Diálogo entre a Sociedade, o Estado e a Constituição - Série Especial: Direito Eleitoral/Eleições 2024

Dias 21 e 22 de outubro de 2024 - Curso de Direito Faculdade Anhanguera Ribeirão das Neves/MG



Resultados e Discussão

Os desafios para 2024 incluem o combate à desinformação e a promoção da inclusão de grupos menos favorecidos. A interação entre sociedade e Estado é substancial para enfrentar essas questões.

- 1º: De início, a Constituição de 1988 assegura direitos políticos e estabelece princípios que norteiam as eleições, como a universalidade do voto e a igualdade.
- 2º: Em seguida, aparece o Estado, com a sua responsabilidade de garantir eleições justas, originando instituições como o TSE, que atua na supervisão e proteção dos direitos eleitorais.
- 3º: Por fim, mas não menos importante, participação da sociedade civil é crucial na fiscalização e no engajamento democrático, especialmente em contextos de desinformação e polarização.

Conclusão

Ante todo o exposto, constata-se a importância do diálogo entre a sociedade, o Estado e a Constituição Federal para a realização de eleições que reflitam a vontade popular e fortaleçam a democracia.

As eleições 2024 representam uma oportunidade para aprofundar esse diálogo, promovendo a inclusão, a transparência e a participação social.

Referências

VELOSO, Roberto Carvalho. DIREITO ELEITORAL, DIREITOS POLÍTICOS E AGENDA 2030: UM DIÁLOGO C O M E N F O Q U E H A B E R M A S I A N O . D i s p o n í v e l e m : https://www.indexlaw.org/index.php/garantiasfundamentais/article/view/10547

PAIOLA, Jessyca. PESSOAS IDOSAS E DIREITO ELEITORAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O ENVELHECIMENTO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/8687

SOUSA, Marcelo Rebelo de. Os partidos políticos no

Direito Constitucional português: dissertação de

doutoramento em ciências jurídico-políticas na Faculdade de

Direito de Lisboa. Braga: Livraria Cruz, 1983,